

Estudo Científico inovador confirma que a UE deve proibir a pesca de arrasto de profundidade para além dos 600 metros de profundidade

2 de Setembro de 2015: Esta semana, ao mesmo tempo que os representantes dos estados-membros se reúnem para debater a nova legislação da UE para gerir as pescas de profundidade, um novo estudo científico apresenta uma solução pragmática para proteger um dos ambientes mais vulneráveis da Terra.

Com base numa análise das capturas realizadas por arrasto de profundidade em campanhas de investigação no Atlântico Nordeste, o artigo científico, *A Scientific Basis for Regulating Deep-Sea Fishing by Depth*, publicado na conceituada revista *Current Biology* conclui que em pescarias realizadas a profundidades para além dos 600 m por arrastões comerciais de fundo no Atlântico Nordeste:

- O número de espécies impactadas aumenta significativamente devido ao aumento da diversidade de espécies de peixes com a profundidade;
- Como resultado, é provável que a taxa de pesca acessória e rejeições aumente drasticamente;
- A captura de espécies particularmente vulneráveis de tubarões e raias também aumenta drasticamente;
- A captura global de espécies de peixes com valor comercial decresce.

Os autores concluíram que “ Limitar o arrasto de profundidade a uma profundidade máxima de 600 m pode ser uma estratégia de gestão efectiva que vai de encontro às necessidades da legislação europeia”.

A Comissão Europeia lançou, em Julho de 2012, uma proposta para substituir o actualmente fracassado regulamento das pescas de profundidade no Atlântico Nordeste. Os 28 ministros das pescas da UE devem ainda adoptar uma posição apesar de o novo regulamento já ter sido votado pelo Parlamento Europeu em Dezembro de 2013. O Luxemburgo, que actualmente detém a presidência da UE, indicou que a negociação da posição do Conselho sobre esta legislação é uma prioridade e as discussões estão calendarizadas para reiniciarem já em Setembro com base numa proposta de texto que inclui um limite de profundidade para além do qual o arrasto de profundidade e redes de emalhar de fundo em profundidade devem ser proibidos.

A líder do estudo, Joanna Clarke da Universidade de Glasgow, numa declaração emitida pelos editores do artigo, explicou que: “ O facto mais notável a considerar nas nossas descobertas é que o padrão de composição das capturas, para além do intervalo de profundidades entre os 600 e os 800 m, demonstra que os impactos ecológicos colaterais são significativamente crescentes, e o ganho comercial por unidade de esforço é decrescente. Pescar a maior profundidade causa uma crescente destruição com uma diminuição do benefício para o pescador e existem ainda indícios de que a limitação da

pesca à profundidade máxima de 600 m pode trazer benefícios relacionados com a conservação das espécies.”

O arrasto de profundidade, a prática de arrastar redes gigantescas fixas em placas de aço e cabos sobre o fundo marinho profundo, é amplamente reconhecida como a maior e mais destrutiva ameaça sobre os ecossistemas de profundidade do Atlântico Nordeste. Para além disso, a pescaria de arrasto de profundidade conduzida pela frota francesa na costa de Irlanda e da Escócia demonstra pescar 100 ou mais espécies, a maioria sem valor comercial e que por isso são rejeitadas. Mais, a investigação de ponta conduzida nos últimos anos mostra que peixes e sedimentos de ecossistemas profundos tem um importante papel como captadores de CO₂ mas a sua capacidade diminuí com os efeitos do arrasto de profundidade.

“Este estudo oportuno claramente mostra a importância de limitar o arrasto de profundidade no oceano profundo com o objectivo de conservar os mananciais de peixes e a biodiversidade, prevenir a depleção das espécies de profundidade altamente vulneráveis assim como de proteger habitats de profundidade. Os decisores políticos devem ouvir a ciência e acordar em proibir o arrasto de fundo em profundidade para além dos 600 m,” afirmou Matthew Gianni, co-fundador e consultor de política para a Coligação para a Conservação dos Fundos Oceânicos (Deep Sea Conservation Coalition - DSCC). “ Os benefícios ambientais ultrapassam em muito os custos económicos. Quando os representantes dos estados membros reunirem esta semana em Bruxelas, eles devem issoaos cidadãos da União Europeia, quando decidirem sobre as medidas que irão proteger os oceanos em torno da Europa.”

Além da proibição do arrasto de profundidade e das redes de emalhar para além dos 600 m, a DSCC apela aos Estados-membros da UE para proteger os ecossistemas de profundidade associados ao fundo marinho e assegurar a sustentabilidade das pescarias através de:

- Pedir a avaliação de impacto ambiental para todas as pescarias de fundo;
- Assegurar a priorização do uso de redes de baixo impacto e ambientalmente sustentáveis;
- Fecho à pesca de áreas onde ocorram ou seja provável ocorrerem ecossistemas marinhos vulneráveis, tais como corais e esponjas de profundidade;
- Melhorar gestão da exploração de espécies de profundidade alvo e acessórias.

Notas aos editores:

A DSCC (Deep Sea Conservation Coalition - Coligação para a Conservação dos Fundos Oceânicos) é uma coligação de mais de 70 organizações não-governamentais europeias e mundiais - mais precisamente organizações ambientais, organizações de pescadores e institutos de política e direito - empenhadas em proteger os fundos oceânicos.

O Relatório: *Current Biology*, Clarke et al.: “A Scientific Basis for Regulating Deep-Sea Fishing by Depth” <http://dx.doi.org/10.1016/j.cub.2015.07.070>

O relatório foi publicado em 27 de Agosto de 2015 e é de acesso público.

Proprietário 2015-8-31 12:16 AM

Comment [1]: It is a report or scientific article?
The translation to Portuguese takes to different meanings!

Os investigadores analisaram dados recolhidos em campanhas científicas de arrasto científico entre os 240 e os 1 500 m de profundidade no Atlântico Nordeste. Estas campanhas usaram diferentes redes em várias localizações entre 1978 e 2013. A análise destes dados revelou uma transição clara das capturas entre os 600 e os 800 metros, incluindo um aumento significativo na biodiversidade, do rácio das rejeições em relação à biomassa comercial, e do rácio de tubarões e raias em relação à biomassa comercial. À medida que o impacto ecológico aumenta, o valor comercial das capturas por unidade de esforço diminuiu.

Porque é que a reforma é necessária:

A regulamentação actual para gerir as pescarias de profundidade da UE falhou no objectivo de manter a maioria dos mananciais dentro de limites biológicos seguros e em restaurar algumas das populações de peixes mais depauperadas da região. Também falhou na proteção dos ecossistemas marinhos vulneráveis de profundidade da ação desta pesca altamente destrutiva.

Numerosos artigos científicos e relatórios do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (International Council for the Exploration of the Sea – ICES), o projecto Hermione da UE, a UNEP e outros têm consistentemente identificado a pesca de arrasto de profundidade como uma das maiores ameaças aos ecossistemas profundos de corais e esponjas.¹

No início de 2004, a Assembleia Geral da Nações Unidas adoptou uma série de resoluções comprometendo as nações a tomar “ação urgente” para proteger os ecossistemas marinhos vulneráveis do oceano profundo dos impactos destrutivos do arrasto de profundidade e outros danos potenciais das pescarias de fundo.

-
- ¹ Cefas (2014) Economic Impact Assessment and Alternative Options Appraisal of European Commission Proposals for Specific Conditions to Fishing for Deep Sea Fish Stocks. July 2014, page 38.
 - Clarke et al. (2015) A Scientific Basis for Regulating Deep-Sea Fishing by Depth. *Current Biology* August 2008. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cub.2015.07.070>
 - Resolução UNGA 64/72, parágrafo 119 (a) afirma o seguinte: “Levar a cabo as avaliações [de impacto] a que se fazem referência no parágrafo 83 (a) da sua resolução 61/105, em conformidade com as directivas [Directiva Internacional UN FAO para a gestão das Pescas de profundidade em Alto mar] e assegurar que os navios não usam pesca de profundidade até que essa avaliação não seja levada a cabo”,;
 - Pusceddu A., et al., 2014. Chronic and intensive bottom trawling impairs deep-sea biodiversity and ecosystem functioning. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*.
 - Trueman, C. et. al., 2014. Trophic interactions of fish communities at midwater depths enhance long-term carbon storage and benthic production on continental slopes. *Proc. R. Soc. B* 281: 20140669.
 - FAO. International Guidelines for the Management of Deep-sea Fisheries in the High Seas. Rome, FAO. 2009. 73p. Paragraph 13
 - ICES. Report of the Working Group on the Biology and Assessment of Deep-Sea Fisheries Resources (WGDEEP). The International Council for the Exploration of the Sea. 2008. Pages 70–71.
 - Nieto, A. et al., European Red List of Marine Fishes. IUCN. June 2015

Em 2013, mais de 300 cientistas pediram aos governantes europeus para proibirem o arrasto de profundidade no oceano profundo.

A revisão realizada pela comissão europeia em 2007 concluiu que “Muitos mananciais de profundidade tem tal baixa produtividade que os níveis sustentáveis de exploração são provavelmente muito baixos para suportar uma pescaria economicamente viável”.

Em 2010, o ICES classificou as capturas de profundidade da UE como estando 100% “fora dos limites biológicos seguros”.

A União Internacional para a Conservação da Natureza ([International Union for Conservation of Nature - IUCN](#)), em Junho de 2015, lançou a primeira Lista vermelha de Espécies Marinhas europeia, em que classificou duas das mais importantes espécies alvo para os arrastões de profundidade de França e Espanha, como estando Em Perigo (a lagartixa-da-rocha) e Vulnerável (a maruca-azul).